

SILVIANO SANTIAGO

Mil rosas roubadas

Romance



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by Silviano Santiago

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Marcelo Girard

Imagem de capa

© AUTVIS, 2014. Com a gentil autorização de M. Pierre Bergé,
presidente do Comitê Jean Cocteau.

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Carmen T. S. Costa

Huendel Viana

Os personagens e as situações desta obra são reais apenas no universo da ficção; não se referem a pessoas e fatos concretos, e não emitem opinião sobre eles.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santiago, Silviano

Mil rosas roubadas: romance / Silviano Santiago. — 1ª ed.
— São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2454-1

1. Romance brasileiro I. Título.

14-04350

CDD-869.93

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção: Literatura brasileira

869.93

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Admiração

A lui che guarda, tutto è svelato.

Provérbio italiano

Perco meu biógrafo. Ninguém me conheceu melhor que ele. Nascemos um para o outro aos dezesseis anos de idade, em Belo Horizonte, nos idos de 1952. Ele me distinguiu então com a transparência que fiz também minha e continuei a fazer minha em 2010, quando o vi pela última vez em vida. Estava deitado no leito do Hospital São Vicente, no Rio de Janeiro. Deitado de costas e com os olhos fechados.

Tomado pelos muitos e longos anos de vida e pelo recente tumor cerebral, apelidado carinhosamente por ele de “Toninho”, e pelas sequelas decorrentes no sistema nervoso, o corpo respira por recurso artificial. Está sendo martirizado pela parafernália de aparelhos computadorizados e luminosos, de onde saem mangueiras sifonadas cinza e azuis e sondas transparentes, energizadas por fios de eletricidade negros. Parafernália multico-

lorida que há seis meses vem sendo montada e remontada por médicos desconhecidos e enfermeiras abnegadas. A cada falência parcial do organismo, desmonta-se e remonta-se o conjunto. A cada novo dia se reduz mais a dominância do branco no ambiente estéril. Ao obrigarem o coração a pulsar por algumas horas a mais na cama do hospital, especialistas da saúde e máquinas computadorizadas acreditam estar proporcionando o bem-estar almejado ao moribundo.

Somos cúmplices desde os dezesseis anos de idade. Fomos amigos e comparsas no cotidiano e sempre espectador um do outro, até nos últimos meses.

O silêncio é exigido pelo ambiente. Distancio-me num canto pouco iluminado do quarto do hospital, afastado da janela envidraçada. Observo a rotina da tarde. Lívida a cor da sua pele. Envolto do pescoço aos pés por lençóis brancos, o corpo apático repousa. Sujeitam-no à respiração artificial e à hemodiálise. À força, dão-lhe água e alimento liquefeito. Ninguém mais lhe pega o pulso para verificar o ritmo dos batimentos cardíacos. São monótonos e traçoeiros os bipes do monitor. Os betabloqueadores compelem o coração a acatar o ritmo falso e normal das batidas. Pela sucção as sondas retiram as secreções do organismo traqueostomizado. Dos lençóis esticados só se libertam o rosto e os braços de mãos espalmadas. Ao ganhar as veias sanguíneas pelo orifício da agulha, o soro presenteia o paciente com pequenas doses legais de morfina. Nos braços estendidos, saltitam marcas roxas, protegidas por curativos presos por esparadrapo.

Quinze horas e vinte e dois minutos do dia 7 de julho de 2010. Cuidados extremos da equipe médica e montanhas de remédios são os gladiadores que lutam a favor do novo minuto, da hora seguinte e do próximo dia. Sairão sempre vitoriosos?

Como se para salvar o antigo corpo bêbado, drogado e dançarino fosse desejável controlá-lo pelo baticum dos sinais lumi-

nosos emitidos pelo monitor cardíaco que, de maneira matreira ou hipócrita, piscava às visitas, hipnotizando-as, e continuava a piscar, convidando-as ao silêncio conivente. Como se para salvar a alma das labaredas do inferno fosse indispensável perfurar túneis e mais túneis no corpo, que de maneira cômoda e rápida o transportariam para a eternidade sem gritos e sem caretas de dor.

Escuto a voz do ator Paulo Autran, em diálogo com a de Tônia Carrero. A frase ressoa no quarto do hospital e lembra a peça *Huis Clos*, de Sartre, que vimos em 1956, no Teatro Francisco Nunes em Belo Horizonte:

“O inferno não está lá, está aqui — são os outros.”

Como se o moribundo já não tivesse decidido — e assinado em documento com firma reconhecida em cartório — que o cadáver seria cremado no Cemitério do Caju em presença dos parentes belo-horizontinos e de poucas pessoas amigas e queridas. Em carta aos mais chegados, dispensava sacerdote de qualquer denominação religiosa e coroas de flores. Também notas fúnebres na imprensa. Os menos chegados eram agredidos com petardo certo: que eles colaborassem trazendo no bolso alguma nota de dólar, novinha em folha. Aos muito íntimos pedira que armazenassem bastante pó branco para comemorar a ocasião. Que não fossem mãos de vaca. Com fileiras generosas deveriam desenhar uma enorme cruz cristã no centro do caixão negro.

Que deixassem o pó ser aspirado por todos os que desejassem participar do ritual macabro e feliz da incineração de um corpo humano.

Devolvidas pelo crematório à família, as cinzas deveriam ser — continuava ele na carta que tinha deixado para os dois amigos músicos que o socorreram financeiramente nos últimos meses — atiradas por eles e mais alguns poucos das pedras do Arpoador. Ao sabor do vento, ganhariam as águas tempestuosas do oceano Atlântico, por onde vagariam sob a lua deserta, flutuando.

Visitas têm de deixar o quarto às cinco horas. Sem exceção, reza o regulamento interno. Será que estão à espera de ordem divina para desativar as mangueiras e as sondas e desligar definitivamente o monitor cardíaco?

Corto pela raiz o caule da minha impaciência e acalmo o espírito. Não faz sentido que, para a viagem para o além, eu queira obrigar o moribundo a calçar as botas de sete léguas.

Por que quero obrigá-lo a calçá-las? No passado, a perda do comparsa único e querido, ainda que por dias ou semanas, nunca se deu por atitude coerente e fria, por que se daria como tal e de maneira definitiva nesta tarde de inverno carioca? Não o quis vivo, audaz e destemido, e não o quero ainda? Não preparei e organizei toda a minha vida com a esperança de que ele não morresse antes de mim? Não a arranjei para que ele me sobrevivesse e se transformasse no meu biógrafo ideal? Só ele seria capaz de manejar com destreza a lâmina do bisturi psicológico e dissecar, no meu futuro cadáver, a intimidade da vida com a ajuda da memória e das palavras. Com a habilidade e a perícia que herdou do pai, renomado biólogo mineiro e antigo pesquisador visitante no Instituto de Patologia Experimental de Mangueiras, no Rio de Janeiro, só ele seria capaz de avaliar a profundidade da pele enriquecida pelos anos e das vísceras mais enrustidas e rebeldes — cujo acesso e conhecimento só a ele eu liberara nos devidos momentos.

No quarto do hospital, ao vê-lo mártir da euforia em vida, perco meu biógrafo. Que eu me resigne ao doloroso e lentíssimo desembrulhar da morte no corpo do velho amigo!

Não me resigno. Sou contraditório. Fomos contraditórios na manifestação do afeto. Por que o deixarei de ser agora?

Diante do sofrimento confidenciado pela agonia silenciosa, pergunto-me se a lentidão que retarda o último dos últimos batimentos cardíacos não é uma forma de pirraça sentimental do

corpo. A lentidão na agonia não estaria substituindo os antigos rompantes de birra amorosa que ele, nos inevitáveis conflitos do dia a dia, expressava por palavras raivosas e trocadilhos infames? À espera da morte, a paralisia progressiva dos gestos e dos órgãos humanos não é a forma mais desconcertante e derradeira da birra que ele buscava e encontrava para se despedir de mim em superioridade e adeus para todo o sempre?

A alegria é apenas uma confusão no passado. Depois que se é feliz o que acontece?

Em quarto de hospital, nada é verdadeiro e tudo pode ser mentira, menos a precipitação da foice facínora da morte.

Durante quase seis décadas, de 1952 a 2010, para ser preciso, fomos cúmplices e comparsas no cotidiano e sempre espectador um do outro. No silêncio exigido pelo hospital e no ambiente asséptico albergado pelas paredes brancas, constato que o Zeca já não me vê e não me escuta mais. Tinha delegado a ele a palavra biográfica sobre nosso legado comum porque ele me dizia que se esperassem dele todas as maldades, menos a traição à vida. A grande traição. Nunca trairia a euforia em favor da saúde. Competia à medicina tornar as drogas menos ofensivas.

Ele já não fala há pelo menos três meses. Será que ainda nos ouve?

Olhos e ouvidos meus confirmam a intuição inicial: o sub-reptício Toninho me fez perder o biógrafo.

Do lado de cá da vida, mas de mãos dadas com a morte, já não faz sentido despertá-lo da sonolência comatosa, acenando-lhe com alguma pergunta indiscreta que intente aclarar detalhe fugidio e enigmático das nossas relações no passado.

Zeca não é mais capaz de esclarecer a dúvida que carrego comigo em alto-relevo, que mói e rói e corrói minhas entranhas, confundindo-se com a monotonia do meio ambiente sentimental em que passamos a sobreviver depois dos setenta anos de

vida. Não poderá mais esclarecer aquela antiga e velhíssima dúvida, hoje de músculos lassos e de cabeça calva, que fica encaramujada num canto da memória, recôndita, e fica ainda piscapiscando esperta na minha imaginação, que nem anúncio de neon a brilhar — um brinco-de-princesa penso à haste de trepadeira — na madrugada solitária da Zona Sul carioca.

Ao volante do carro que me traz de volta à garagem do edifício onde moro em Ipanema, o ponto de interrogação — levantado no quarto de hospital — reativa na memória o sentimento fundamental onde erguemos o edifício da amizade. Ele reaparece de maneira inconfundível. Embora nunca tenha sido objeto de consideração, nunca tenha sido discutido, o ponto de interrogação permanece como o enigma do sentimento original e mais profundo. A emoção obscura e superior das duas vidas em comum reaparece de maneira tão nítida quanto o sinal fechado à frente. Reaparece de maneira tão particular quanto a cor vermelha escarlate a colorir lá no alto o círculo que me obriga a brechar o carro no cruzamento da rua Visconde de Pirajá com a Farme de Amoedo. Freio o automóvel, freei a pergunta no hospital. Aguardo o próximo minuto e o sinal verde. O trânsito pesado à frente e a iminência da morte do amigo espantam qualquer especulação mais íntima.

A enfermeira vai deixar o quarto. Enxerga-me apenas para se justificar: volta logo. Ficaremos ele e eu, sozinhos, à espera.

Minha impaciência reganha forças e decide calçar os pés do moribundo com as botas de sete léguas para a viagem definitiva. Acelero o desejo de sua morte. Sem a vigilância da enfermeira, será que me animo a dar alguns passos e me aproximar das tomadas de eletricidade? Será que tenho coragem de arrancar os plugues como se por gesto estabanado da mão? Obtido o resultado desejado, será que tenho coragem de religar os plugues às respectivas tomadas e esperar que os apitos do alarme

tragam de volta a enfermeira faltosa? Dormirei, se transferir a culpa para o funcionário negligente?

A volúpia do adeus pode ter como companheiras as trapacas do acaso? Sua morte seria tida e julgada como produto do acaso? Enrosco-me todo na nossa separação definitiva e sou de novo invadido pelas alegrias e tristezas do passado.

Jovens e aprendizes de boêmio, gostávamos de sentir a volúpia do adeus como se fôssemos dois amantes — e nunca o fomos. Despedíamos-nos na plataforma acanhada da Estação Rodoviária de Belo Horizonte que, nos anos 1950, ficava para os lados do bairro da Lagoinha, nos fundos do majestoso edifício da Feira de Amostras, hoje posto abaixo pelas picaretas progressistas da Prefeitura.

Marcamos encontro na avenida Afonso Pena, em frente ao Banco Financial. Acompanho-o a pé desde a praça Sete até a Estação Rodoviária. Não leva mala, apenas uma bolsa de viagem com roupas leves, próprias para o verão do Rio de Janeiro. O ônibus da Viação Cometa estaciona na plataforma. Zeca viaja em fins de janeiro para as férias e o Carnaval carioca. Nunca se hospeda em hotel. Sabe fazer amigos e os tem às pencas nas areias escaldantes de Copacabana.

Naqueles anos, encontrávamo-nos aos sábados à noite no Clube de Cinema de Belo Horizonte. Foi lá que assistimos a *Brief Encounter*, filme clássico de David Lean que, por aqui, se chamou *Desencanto*. Na cena final, Celia Johnson e Trevor Howard, ambos casados e momentaneamente amantes em virtude das diabruras que o acaso arma nas ruas da metrópole londrina, têm de dar adeus para sempre. Estão no bar da estação da estrada de ferro. Visivelmente transtornados, os dois se sentam à mesa para o chá.

Ela sussurra que deseja morrer.

— É preferível a morte à separação — completa ela.

Decidir voluntariamente enterrar no passado a vivência dos últimos e poucos dias felizes é preferível à morte súbita da amada? Trevor responde a Celia que ela não pode morrer.

— Se você morrer, eu serei fatalmente esquecido — diz ele. — Ninguém mais se lembrará de mim. Desejo ser lembrado para sempre — continua, reafirmando o desejo de vida, sua força, ou minimizando a perda de um pelo outro em consequência da separação dos corpos pela viagem em trem de ferro.

Minutos antes, Celia tinha perguntado a Trevor se eles se veriam um ao outro de novo, ao que ele respondera:

— Não sei, quem sabe daqui a anos.

Coincidência. Meses mais tarde, não muitos meses depois, um evidente *remake* de *Desencanto* estreia no cinema Art-Palácio, da rua Curitiba. É o filme *Stazione Termini*, do italiano Vittorio De Sica. Fomos os dois ao cinema carregando na sensibilidade a lembrança do filme anterior.

Montgomery Clift acompanha Jennifer Jones até a gare de Roma para a despedida definitiva. Na última sequência, Jennifer se adentra pelo vagão de passageiros, seguida de Montgomery. Não se sentem à vontade no clima de corre-corre. Querem um minuto de privacidade, um minuto que seja. Soa o apito de partida. Montgomery teria de descer às pressas do vagão. Não desce. É empurrado para fora do trem pelo condutor abrutalhado. Com o trem já em movimento, ele salta do vagão. Cai de joelhos na laje de concreto fria e suja da plataforma da gare.

Na hora da despedida, os olhos de Montgomery têm por horizonte a laje de concreto. Dor nos joelhos, dor de cotovelo. É levantado por um estranho que lhe pergunta se está bem. Não responde. Levanta os olhos para o relógio da estação, que vinha acompanhando minuto por minuto a longa sequência da despedida.

Os ponteiros marcam oito horas e trinta minutos.

No quarto do Hospital São Vicente, ao ar rarefeito da memória, tudo respira incessantemente e conspira categórica, sentenciosa e silenciosamente contra a separação definitiva dos dois velhos corpos amorosos.

Londres e Roma em lugar dos fundos do edifício da Feira de Amostras. A gare em lugar da Estação Rodoviária no bairro da Lagoinha. O *Concerto nº 2 para piano* de Serguei Rachmaninov e os acordes sentimentais de Alessandro Cicognini em lugar dos alto-falantes onde a voz de Zé da Zilda grita a plenos pulmões os versos da marchinha de Carnaval: “As águas vão rolar,/ Garrafa cheia eu não quero ver sobrar./ Eu passo a mão no saca saca saca-rolha/ E bebo até me afogar”.

Celia Johnson e Trevor Howard, no filme inglês; Jennifer Jones e Montgomery Clift, no italiano.

Olho para os aparelhos que, em fração de milésimo de segundo, monitoram os sinais vitais do moribundo e fico à escuta do apito fatídico, ou da campainha a soar na Estação Rodoviária, suplantando a marchinha carnavalesca.

Luz verde.

Com todos os passageiros sentados nas respectivas poltronas e contados, com o motor do ônibus já a ronronar, o motorista também toma assento, fecha a porta de entrada, acende os faróis, ganha o volante e o domina com as mãos, engata a primeira marcha, solta os freios e pressiona o pé no acelerador. “E bebo até me afogar./ Deixa as águas rolar.” O ônibus parte rumo ao Rio de Janeiro.

O quarto do Hospital São Vicente torna a ocupar toda a tela.

A enfermeira entra de volta e se desincumbe do papel múltiplo de atriz coadjuvante. Encarna o *bartender* em Londres, o condutor do trem em Roma, o motorista de ônibus em Belo Horizonte. Mas sua fala não está prevista pelo script dos filmes e me atordoa:

— Já não lhe resta muito tempo de vida — me diz à queima-roupa.

A frase amordaça minha coragem fratricida, definitivamente. Fecho a cara e tiro os olhos das tomadas e dos respectivos plugues. O mecanismo do meu relógio impulsiona um dispositivo discreto, quase silencioso. Ele me alerta: quatro horas.

Passo a focar a boca torta do meu amigo, já sem os dentes postiços por causa da traqueostomia, e faço perguntas aos olhos, que tampouco respondem cabisbaixos. Não refletem mais minha imagem. Seus olhos são dois espelhos baços, tomados pelos vapores da câmara-ardente hospitalar. A deusa da morte tinha subtraído do olhar o fogo da sedução e da entrega amorosa. Também o fogo da amizade, se esta palavra ainda puder ser usada sem a carga chocha imposta pelos tempos pseudossentimentais e insossos que atravessamos.

Será que o espelho dos olhos moribundos ainda capta o que em situação normal a vista filma à semelhança da câmera cinematográfica? Será que me filma aqui no canto do quarto, ao lado da janela envidraçada? Ou será que as retinas embaciadas dos olhos — que nunca quiseram aceitar a operação de catarata prescrita pelo oftalmologista em tarde que o acompanhei para o exame — descuidam-se definitivamente das paredes do quarto, da janela e das muitas máquinas? Descuidam-se também da enfermeira e de mim para saírem em busca do verdadeiro espelho e fazer, qual um colonoscópio, a viagem de volta ao interior do próprio organismo?

Será que os olhos moribundos vasculham nas vísceras mantidas sob controle pelas várias sondas de sucção e de nutrição os resíduos de algum sentimento de autopiedade? Nos tempos idos e vividos, teriam eles considerado como válida toda e qualquer emoção menos dolorida? O sentimento e a emoção que na tarde de hoje estariam a sustentar — em concorrência com as doses

maciças dos vários remédios somadas às gotas legais e nobres de morfina — o fiapo de vida na linha de chegada para a morte.

Meu biógrafo ainda quer viver e já se cobre com a mortalha — ou com a camisa de força — dos lençóis brancos.

De todos os músculos do corpo o coração é o mais sensível aos procedimentos cirúrgicos invasivos. Não aceitaria que eu chegasse a ele pela garganta como se através de sonda de sucção. Se aceitasse, eu extrairia dele amostra da secreção lá depositada pelos sentimentos e emoções durante os longos anos de nossa convivência. Mas o coração logo se esvairia em sangue à semelhança do cocuruto de boi no corredor do abatedouro.

Se o cardiologista conseguisse entubar o músculo do coração como se entuba traqueia ou estômago, o dele forneceria secreções preciosas que eu roubaria às escondidas da cuba esmaltada da enfermeira. Ganharia coragem para surripiar a amostragem a fim de examiná-la pelo microscópio da minha rastaquera psicologia de visita a paciente hospitalizado.

À beira da morte, os sentimentos e as emoções do ser humano não se leem a partir do depósito da secreção na lâmina para microscopia.

Caso eu chegasse a lê-los, será que teria os pressentimentos atuais confirmados pelo exame da lâmina? Com a ajuda das lentes poderosas do microscópio, teria divisado na superfície a célula mais resiliente da vida, aquela que ele quis neutralizar ou negar tantas e sucessivas vezes no passado, invocando a salvação da alma pelo consolo do suicídio — isso desde os anos da juventude, quando lhe caiu às mãos o ensaio *O mito de Sísifo*, de Albert Camus.

À maneira de conselho paternal, o filósofo franco-argelino lhe ensinou que é preciso saber se — ou melhor, é preciso sair primeiro em busca da verdade para saber depois se a vida vale ou não vale a pena ser vivida.